

## CDS escolhe empresa que realizará pesquisa sobre valorização da carreira



**D**urante a última reunião do ano da Diretoria Nacional Executiva (Direx) e do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), ocorrida no início de dezembro, ficou definido que a FGV (Fundação Getúlio Vargas) será a empresa que realizará a pesquisa sobre a participação dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFA's) no PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio brasileiro. O início do levantamento de informações deve ocorrer já nos primeiros meses de 2017.

De acordo com o secretário de Planejamento Estratégico do Anffa Sindical, João Caldas, a escolha se deu após avaliação da melhor pro-

posta apresentada pelas empresas contatadas. O dirigente explica que a pesquisa trará dados qualificados que atestem a essencialidade da carreira neste segmento, tão importante para a economia.

“Este será um grande passo para nós, pois atesta o valor que nossas atividades têm para o país. Afinal, é por meio da chancela do nosso trabalho, numa parceria com o setor privado, que conseguimos elevar o potencial do agronegócio nos mercados nacional e internacional”, disse o secretário.

Para o presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto, o estudo é im-

portante porque, “além de mostrar a essencialidade da carreira para o país e para a sociedade, contribuirá no subsidiamento das futuras negociações entre a Categoria e o Governo”.

**Participação** – Em junho, João Caldas enviou solicitação de dados das atividades laborais e informações a todos os filiados para que sirvam de base para o estudo. As informações são relacionadas a diversos setores como o de saúde animal e sanidade vegetal, fiscalização de insumos pecuários e agrícolas, preparação dos solos, análises laboratoriais, inspeção em frigoríficos e matadouros de aves, bovinos e suínos, na área de fomentos, de pesquisas aplicadas, entre diversas outras que contam com a ação desses profissionais.

Os dados coletados pelo Sindicato com a colaboração dos filiados serão enviados à FGV tão logo o contrato seja assinado, o que deve ocorrer ainda em 2016. A previsão, segundo João Caldas, é de que o estudo seja concluído em abril de 2017.

### Sindicato entra com ação para evitar prejuízos às normas de fiscalização

No entendimento do Sindicato, a Portaria nº 158/16 e a Instrução Normativa nº 11/16 afastam a fiscalização de produtos de origem animal ou direcionados à exportação e confrontam atos normativos hierarquicamente superiores que impõem o controle de produtos após a saída do local de origem e no ingresso no Brasil.

Pág. 5

### AFFA's desenvolvem programa que facilita a vida de produtores rurais

A ideia é substituir a declaração de inscrição das áreas de sementes salvas, que antes precisava ser enviada ao Ministério da Agricultura, agilizando, assim, o processo de registro no órgão.

Pág. 6



## Caros Auditores Fiscais Federais Agropecuários,

**E**ncerramos mais um exercício em meio a muitos desafios, devido à situação instável nos aspectos institucional, político, econômico e social, que perduram no país há quase dois anos. O reflexo dessas crises política e financeira, estampadas diariamente nas capas dos jornais e veículos de comunicação, contribuiu de forma sistemática e significativa para que, neste ano de 2016, os avanços almejados por nós tenham sido, em parte, limitados.

Algumas questões essenciais, as que dizem respeito à meritocracia, à implementação do adicional de localidades de difícil provimento, à Enagro (Escola Nacional de Gestão Agropecuária), e aos concursos de remoção e público, continuarão como nossa bandeira de luta junto ao ministério da Agricultura, em 2017.

Porém, a almejada nomenclatura de Auditor Fiscal Federal Agropecuário finalmente foi conquistada, se tornando assim na bela e, talvez, maior conquista e fortalecimento em termos de projeção da carreira, com abrangência para servidores ativos, aposentados e instituidores

de pensão, durante trâmite das matérias no Congresso Nacional.

Da mesma forma, a batalha contra a terceirização das atividades de fiscalização e inspeção também esteve à frente das atividades sindicais em 2016, quando realizamos seminários, atos públicos de norte a sul do país para orientar a população e as autoridades sobre os perigos desta prática, considerada danosa, por prever prejuízos à segurança alimentar, à saúde pública, e à credibilidade do nosso país no mercado internacional.

Outros grandes temas, de interesse do conjunto de servidores públicos, entram na pauta de discussão e debates na sociedade, como o caso das reformas da previdência e trabalhista.

**Futuro** - Apesar dos percalços, a categoria se manteve unida e teve o que comemorar em 2016. Nossa carreira completou seus 16 anos de existência, mostrando à sociedade e ao país a sua importância e essencialidade para a segurança alimentar, para a sanidade das lavouras e rebanhos, e sobretudo para a economia do país.



Maurício Porto - Presidente do Anffa Sindical

Muitos são os desafios, mas ainda maior é a disposição da categoria e do Anffa Sindical para perseguir a condição ideal que garanta a valorização e o pleno estabelecimento dos direitos e atribuições destes qualificados profissionais.

Que venha o ano de 2017. Sucesso!

## O Anffa somos nós

A última edição do Inffo Sindical deste ano traz informações sobre o corpo funcional da DS (Delegacia Sindical) do Rio Grande do Sul.

O espaço "O Anffa somos nós" vem, desde janeiro de 2016, homenageando os profissionais que tanto contribuem para o bom desempenho das atividades realizadas na sede do Sindicato, em Brasília, e pelas DS (Delegacias Sindicais) e Seções Sindicais vinculadas ao Anffa Sindical.

Conheça um pouco mais sobre a colega em destaque este mês:



**Cleci**

Assistente Administrativa III  
Na DS/RS desde 2009



## ESPAÇO DO APOSENTADO E PENSIONISTA

POR: JOSÉ LUIZ CASTILHOS



Aposentados do Ceará durante encontro

**N**uma prestação de contas sucinta, afirmamos que fizemos neste ano de 2016 diversos encontros e cursos para aposentados e pensionistas do nosso sindicato. Foram 16 eventos e atingindo 441 colegas auditores e pensionistas, em 17 delegacias sindicais. Foram gastos 41 dias úteis para efetuar este trabalho. Agradecemos a todas as DS e principalmente aos participantes dos nossos eventos.

Durante todo este exercício 2016, oferecemos estes eventos à todas as DS, algumas mostraram

interesse, mas não conseguiram o número mínimo necessário de participantes; outras nem se pronunciaram sobre este assunto, certamente não tiveram interesse em atender os anseios dos sócios que são aposentados, pensionistas ou aposentandos, a maioria filiados do sindicato.

Dia 17 de novembro, fizemos um encontro de aposentados e pensionistas, juntamente com a DS Ceará. Foi muito proveitoso, com a participação de 40 colegas presentes. Agradecemos ao delegado sindical Adriano e ao diretor

de Aposentados, Borrigueiro, que se esmearam na organização do evento. Tudo foi calculado e projetado, com qualidade e deu certo.



**N**os dias 24 e 25/11/2016, foi realizado um curso de preparação para aposentadoria junto à DS Maranhão, que contou também com a participação da DS Piauí. Tivemos 23 colegas, sendo 16 do Maranhão e 7 do Piauí. A avaliação foi das melhores. Agradecemos também aos delegados sindicais do Maranhão e Piauí, José Claudio e Valdemar, respectivamente, pelo esforço que fizeram para que o evento fosse realizado. O nosso reconhecimento aos dirigentes destas duas delegacias.



Aposentados no curso realizado no Maranhão



Para o ano de 2017, já temos 2 delegacias interessadas em realizar curso e encontro, são: Paraíba e Espírito Santo. Aguardamos o local e principalmente os participantes;

A reforma da Previdência está no Congresso Nacional e entre outras coisas, estabelece que a aposentadoria só será concedida após 65 anos, tanto para homem como para mulher. Estabelece também que haverá um pedágio para as pessoas com menos de 50 anos para homens e 45 anos para mulheres. Entre as modificações, uma muito significativa é a que estipula em 60% os proventos das pensionistas (o que hoje é de 78% do vencimento do instituidor da pensão, por tanto 18% a menos);

Resgatando o compromisso assumido com os associados em vários estados, o Anffa Sindical tomou providências com relação aos processos judiciais da

ANFFA – Associação. Convocou o presidente da ANFFA – Associação e todas as AFFAMAS que estão adimplentes (AL, GO e RS) para reunirem-se nos dias 13 e 14 de dezembro com o escritório Mota Advogados. Ficou estabelecido que será marcada audiência com o desembargador que está com os processos, para solicitar prioridade e ver a possibilidade de serem julgados, uma vez que estão conclusos para o voto, nós iremos comparecer também nesta reunião.

Acertamos que o escritório irá nos fornecer o número dos processos e a relação dos colegas que fazem parte dos mesmos. Logo que recebermos faremos a divulgação.

O escritório Mota Advogados remeteu um modelo de autorização – GDAFA que todos terão que preencher e devolver. Este documento foi remetido por email e

quem não recebeu deverá entrar em contato com: Mota Advogados – Dra. Kamilla – 61 3226-4025 – email: kamilla@mota.adv.br

As instituições são a garantia do governo de um povo livre contra a corrupção dos costumes e a garantia do povo e do cidadão contra a corrupção do governo (Louis Antoine de Saint-Just – 1767/1794 – político francês)

Foi um ano bom, fizemos muitas coisas, discutimos nossos problemas e soluções e vamos esperar um 2017 melhor.

Feliz Natal e Próspero Ano novo

José Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br

Fone: (61) 99135-0867



## Viaje para o Brasil e o mundo com a *Center Tour's*

Agência de Viagens e Turismo Ltda.

Condições especiais para associado do Anffa Sindical

11 2941-5359

**Resorts**  
Nacionais & Internacionais



**Viagens**  
Nacionais & Internacionais



**Cruzeiros**  
Nacionais & Internacionais



[www.centertour.com.br](http://www.centertour.com.br)

 **Jurídico**

## Sindicato ingressa com ação para evitar prejuízos às normas de fiscalização vigentes



**O**Anffa Sindical, por intermédio do escritório Torreão Braz Advogados, ingressou, em novembro, com uma ação judicial que visa impugnar a Portaria nº 158 e a Instrução Normativa nº 11, ambas publicadas pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em 2016. A IN 11 autoriza o ingresso em território nacional de diversos produtos de origem animal, destinados ao consumo humano ou animal, até então proibidos pela fiscalização agropecuária. Já a Portaria 158 dispensa a reinspeção e a fiscalização de produtos de origem animal acondicionados em contentores de exportação quando de sua entrada no Brasil.

No entendimento do Sindicato e do escritório contratado para defender os direitos dos filiados, os atos afastam a fiscalização de produtos

de origem animal ou direcionados à exportação e confrontam atos normativos hierarquicamente superiores que impõem o controle de produtos após a saída do local de origem e no ingresso no Brasil.

A petição do Sindicato também questiona a ausência de estudos que afastem a presunção de existência de agentes etiológicos de doenças contagiosas nos produtos liberados e de oitiva formal de área técnica responsável e da consultoria jurídica. “Essa postura da administração pública na edição de atos que ignoram por completo normas de fiscalização agropecuária no país acaba por desestruturar todo o sistema edificado ao longo de anos para manter a qualidade dos produtos consumidos e comercializados em todo o país, além de colocar em sério risco a saúde da população nacional e internacional,

ante a possibilidade de proliferação de microrganismos responsáveis por zoonoses”, diz um dos trechos da ação.

Tramitação – De acordo com a Diretoria de Assuntos Jurídicos o pedido de liminar ainda não foi analisado porque a juíza Titular da 6ª Vara Federal, para a qual a Ação Coletiva n. 0065101-42.2016.4.01.3400 foi distribuída, postergou a apreciação do pedido de concessão da tutela de urgência para momento posterior à apresentação de contestação, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto.

Porém, com o recesso forense, que vai até 20 de janeiro, a situação que define acesso da AGU (Advocacia Geral da União) para contestar as normas deverá ficar para o próximo semestre.

 **Curtas**

## Campanha de valorização foca mensagem a lideranças políticas

**A**pós a campanha de valorização da carreira de AFFA (Auditor Fiscal Federal Agropecuário) veicular com foco específico para o público em geral, no mês de setembro, será a vez de a classe política estar no foco da iniciativa do Anffa Sindical.

A partir de fevereiro de 2017 será

a vez de os governantes conhecerem, por meio de peças publicitárias promovidas pelo Sindicato, um pouco mais das atividades e da importância da carreira para a segurança alimentar do país.

Os materiais audiovisuais serão transmitidos na programação regular da TV aberta e também de ca-

nais pagos por assinatura, além de inserções em programas de rádio, veículos de comunicação on line e banners na web, que remeterão ao hotsite desenvolvido especialmente para a campanha.

## Sindicato articula aprovação de PL sobre Negociação Coletiva

**O** presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto, o diretor de Relações Institucionais Alfredo Dantas e o diretor do Departamento de Relações Institucionais Rômulo Spinelli estiveram em novembro, com o deputado Betinho Gomes (PSDB/PE), para articulação sobre o Projeto de Lei 3831/15, que estabelece normas gerais para negociação

coletiva na Administração Pública Direta, nas Autarquias e nas Fundações Públicas dos poderes da União, dos estados, do DF e municípios.

A visita ao deputado foi uma ação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual o Sindicato faz parte. “Como o autor do projeto é

do partido do deputado Betinho Gomes, que é o relator, ele indicou que pode dar parecer favorável a esse projeto que é muito importante para nós servidores”, afirma Dantas.

Atualmente, o PL encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e aguarda parecer do relator.

## AFFA's desenvolvem programa que facilita a vida de produtores rurais



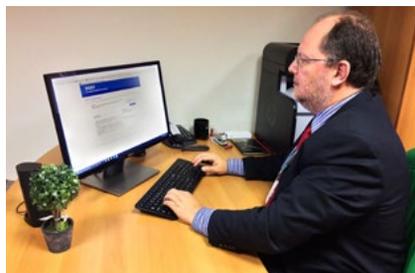
**A** pilha constante de pedidos de reserva de parte da produção para a semeadura de lavouras próprias, e o consequente atraso em sua análise, foi a motivação para que a equipe de Fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura do Paraná desenvolvesse um programa de sistematização de dados virtual destinado a resolver o impasse.

Batizado de Sigef (Sistema de Gestão da Fiscalização), a iniciativa já era realidade para as empresas produtoras de sementes desde 2014 e foi lançada em setembro deste ano para atender os produtores rurais. A ideia da ferramenta é substituir a declaração de inscrição das áreas de sementes salvas, que antes precisava ser enviada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) via Correios ou em uma de suas unidades, agilizando, assim, o processo de registro no órgão.

A medida precisa ser adotada pelo produtor que, ao adquirir as sementes de um comerciante devidamente inscrito no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RenaseM), queira reservar uma parcela da produção para a próxima safra.

### Acesso

A declaração está disponível em [sistemasweb.agricultura.gov.br](http://sistemasweb.agricultura.gov.br)  
>>> Secretaria de Defesa Agropecuária >>> SIGEF – Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças. Nesse endereço, o produtor deve cadastrar usuário



e senha, registrar as propriedades e fornecer as informações solicitadas. Depois do envio, a declaração fica salva na página do usuário cadastrado e pode ser acessada a qualquer momento.

De acordo com o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Hugo Caruso, um dos idealizadores do sistema, a novidade facilitou, e muito, a rotina da equipe. "Hoje, podemos dizer que a agilidade na análise dos processos aumentou, no mínimo, dez vezes se comparada à rotina anterior", disse.

Dados da equipe de Fiscalização do Paraná confirmam essa diferença. Antes do Sigef, o cálculo de tempo médio para análise de um campo de sementes era de 60 dias. Hoje, com a nova tecnologia, passou para seis dias, apenas no Estado.

O sistema, no caso da produção de sementes por produtores inscritos no RenaseM, tem evitado a formação de pilhas de documentos nas superintendências federais de agricultura. Antes de o sistema ser implementado, em 2013, estima-se que cerca de 320 mil documentos faziam parte dos 40 mil campos de sementes no Brasil. Tudo isso foi eliminado, e hoje os dados se encontram ar-

mazenados de forma digital. Com a nova ferramenta desenvolvida para o Sigef, que é a declaração de uso próprio, volumes de documentos semelhantes a esse serão eliminados das mesas dos auditores agropecuários em todo o País, facilitando a análise e a fiscalização.

Além de reduzir o trâmite burocrático, a ferramenta digital permite armazenar todos os dados dos produtores rurais que acessam o sistema, criando, assim, um banco de informações inédito. "A tabulação de dados é boa para todos, pois será possível ter um raio-x dessas demandas. Para o produtor, essa também é a garantia de que a área plantada por ele foi declarada, caso passe por alguma fiscalização", completou Caruso, que também é diretor suplente do Anffa Sindical.

Segundo Glauco Bertoldo, um dos idealizadores e responsável pelo desenvolvimento do sistema, "além de sistematizar as informações, o sistema permite que os auditores façam uma análise mais criteriosa das informações e, assim, possam planejar melhor as atividades de fiscalização".

Ele destaca ainda que a iniciativa foi pensada em sua totalidade pela equipe do Mapa desde sua idealização, desenvolvimento, treinamentos até a disponibilização, e contou com o apoio do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/SDA) e com o uso da estrutura e orientação da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

